

Distribuição Espacial do Voto Conservador no Rio Grande do Norte e as Estratégias de Políticas e Territoriais dos Grupos de Poder Oligárquicos


Spatial Distribution of the Conservative Vote in Rio Grande do Norte and the Political and Territorial Strategies of Oligarchic Power Groups

Distribución Espacial del Voto Conservador en Rio Grande do Norte y las Estrategias Políticas y Territoriales de los Grupos de Poder Oligárquicos

Rafael Freire de Paula¹

 <https://orcid.org/0000-0002-8160-9357>

Márcia da Silva²

 <https://orcid.org/0000-0002-2742-1396>

RESUMO: Este artigo apresenta dados e reflexões sobre as relações entre os processos de formação territorial, grupos de poder oligárquicos, espacialização do voto conservador e estratégias utilizadas pelos grupos hegemônicos em seus processos de reprodução política, eleitoral e territorial. Levantamos e discutimos as bases materiais, os discursos no Congresso Nacional (CN) e as vinculações institucionais e políticas daqueles que compõem grupos e redes de poder oligárquicas no Rio Grande do Norte (RN), desvendando a práxis conservadora dos deputados federais potiguares. Utilizamos mapeamentos, *softwares* para leitura do corpus textual e bases de dados secundárias do Tribunal Superior Eleitoral e do CN. Percebemos que a base material dos parlamentares configura um dos elementos responsáveis pela reprodução política dos grupos de poder conservadores, especialmente no que se refere à propriedade de veículos de comunicação. A relação direta entre distribuição de emendas parlamentares e espacialização dos votos em parlamentares conservadores demarcam territórios e denotam interesses revelados em discursos no CN, nos quais se entrelaçam elementos locais, regionais e nacionais. Concluimos que existem relações entre território, poder e conservadorismo em recortes territoriais no RN, abrindo desafios teórico-metodológicos voltados ao entendimento de territórios onde prevalece, no tempo e no espaço, a hegemonia de grupos de poder conservadores.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Conservadorismo. Grupos de poder. Eleições.

ABSTRACT: *This article presents data and reflections on the relationships between the processes of territorial formation, oligarchic power groups, spatialization of the conservative vote and the strategies used by hegemonic groups in their processes of political, electoral and territorial reproduction. We raised and discussed the material bases, speeches in the National Congress (CN), institutional and*

¹ Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava – PR. Professor de Educação Básica no Estado de São Paulo. E-mail: freire_depaula@yahoo.com.

² Doutorado em Geografia pela UNESP (Presidente Prudente). Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: marcia.silvams@gmail.com.

political connections of those who make up oligarchic groups and networks of power in Rio Grande do Norte (RN) and unveiling the conservative praxis of potiguares federal deputies. We used mappings, software for reading the textual corpus and secondary databases from the Superior Electoral Court and the CN. We realize that the material base of parliamentarians is one of the elements responsible for the political reproduction of conservative power groups, especially with regard to the ownership of communication vehicles. The direct relationship between the distribution of parliamentary amendments and the spatialization of votes in conservative parliamentarians demarcate territories and denote interests revealed in speeches at the NC, in which local, regional and national elements are intertwined. We conclude that there are relationships between territory, power and conservatism in territorial cuts in RN, opening theoretical-methodological challenges aimed at understanding territories where, in time and space, the hegemony of conservative power groups prevails.

KEYWORDS: *Territory. Conservatism. Power groups. Elections.*

RESUMEN: *Este artículo presenta datos y reflexiones sobre las relaciones entre los procesos de formación territorial, los grupos de poder oligárquicos, la espacialización del voto conservador y las estrategias utilizadas por los grupos hegemónicos en sus procesos de reproducción política, electoral y territorial. Levantamos y discutimos las bases materiales, los discursos en el Congreso Nacional (CN), las conexiones institucionales y políticas de quienes integran los grupos oligárquicos y las redes de poder en Rio Grande do Norte (RN) y develamos la praxis conservadora de los diputados federales potiguares. Se utilizaron mapeos, software de lectura del corpus textual y bases de datos secundarias del Tribunal Superior Electoral y de la CN. Nos damos cuenta de que la base material de los parlamentarios es uno de los elementos responsables de la reproducción política de los grupos de poder conservadores, especialmente en lo que se refiere a la propiedad de los medios de comunicación. La relación directa entre la distribución de las enmiendas parlamentarias y la espacialización de los votos en los parlamentarios conservadores demarcan territorios y denotan intereses revelados en los discursos en la CN, en los que se entrelazan elementos locales, regionales y nacionales. Concluimos que existen relaciones entre territorio, poder y conservadurismo en los cortes territoriales en RN, abriendo desafíos teórico-metodológicos encaminados a comprender territorios donde en el tiempo y el espacio, prevalece la hegemonía de los grupos de poder conservadores.*

PALAVRAS-CLAVE: *Territorio. Conservatismo. Grupos de poder. Elecciones.*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos em pesquisa no âmbito de doutorado em Geografia, com ênfase nas relações entre território, conservadorismo e poder, mediadas por extenso levantamento bibliográfico e de dados eleitorais. Para o debate conceitual proposto na tese – sobre territórios conservadores de poder – pesquisamos seis unidades federativas brasileiras, entre elas o Rio Grande do Norte, objeto deste texto.

Nele, apresentamos dados e reflexões a respeito das relações entre os processos de formação territorial, grupos de poder oligárquicos, espacialização do voto em parlamentares conservadores e estratégias utilizadas pelos grupos hegemônicos em seus processos de reprodução política, eleitoral e territorial. Conectados a esse debate estão o pensamento conservador ou conservadorismo e o conceito de território.

Nosso objetivo foi apresentar e discutir o papel hegemônico dos grupos de poder oligárquicos e conservadores do Rio Grande do Norte, através do levantamento das bases materiais, discursos e vinculações institucionais e políticas dos agentes (no caso, deputados federais) que compõem os grupos e as redes de poder oligárquicas no estado, desvendando a práxis conservadora das redes nas quais os parlamentares potiguares integram com protagonismo, bem como suas conexões em diferentes escalas.

Desse modo, as oligarquias potiguares serão discutidas em seu caráter político, partidário e eleitoral neste artigo, precisamente em um recorte temporal diferenciado da história política nacional, do período denominado de *lulismo*, caracterizado pelo amplo leque de alianças construído pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com setores conservadores, mas também pelo notável direcionamento de segmentos do eleitorado ao voto em Lula (2006) e Dilma (2010 e 2014), considerando as faixas de renda (SINGER, 2012). Mas antes, devemos relembra aspectos fundamentais sobre a formação territorial do RN.

CONSERVADORISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Kirk (2001), Scruton (2015), Sowell (2012), Escorsim Netto (2011), Souza (2016) e Quadros e Madeira (2018) concordam que a gênese da sistematização do pensamento conservador se dá com Edmund Burke, mais precisamente através da obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, de 1790. Nela, o autor faz duras críticas aos objetivos, métodos e resultados da revolução a partir das convicções, visão de mundo e sociedade que compartilhava.

O conservadorismo não se traduz, unicamente, em um conjunto de ideias políticas, tampouco em um conjunto de políticas imutáveis. Por ser composto por um arcabouço de valores e símbolos, varia de acordo com o tempo histórico e com os lugares e territórios nos quais foi produzido. Assim, conservadores das mais diferentes nações podem conceber o ser conservador a partir de concepções distintas, ainda que suas bases de sustentação sejam vinculadas a princípios comuns, como a defesa das tradições de suas respectivas sociedades e, conseqüentemente, contrários a mudanças sociais e/ou políticas mais drásticas.

Como pressupostos ou características, podemos apontar o conservadorismo como um conjunto de ideias ou pensamentos que visam a manutenção das instituições sociais tradicionais. É parte dessa matriz ideológica a ênfase na estabilidade das instituições, o respeito hierárquico a seus representantes ou lideranças, bem como a adesão à leitura das dinâmicas sociais e visões de mundo que tais sujeitos possuem.

É preciso salientar que o conservadorismo brasileiro tem características próprias. Nesse sentido, Souza (2017 e 2018) e Silva (2017a) apontam um pressuposto fundamental

para a compreensão do pensamento conservador brasileiro e também para nossa sociedade como um todo: a escravidão, dadas as suas dimensões temporais, espaciais e humanas, é a instituição principal que cunhou a sociedade brasileira, suas práticas e sociabilidades.

As características ou aspectos que constituíram o processo de formação territorial, econômica e social no Brasil possuem, portanto, relações diretas com a escravidão, compreendida como um conceito (SOUZA, 2017) e não apenas como relação de trabalho. Dentre os resultados dessa formação espacial conservadora e escravocrata estão a estrutura fundiária e os grupos de poder locais e regionais daí decorrentes, alguns deles aperfeiçoados ou transformados em oligarquias ao longo do tempo, como é o caso potiguar.

FORMAÇÃO TERRITORIAL, OLIGARQUIAS E PARTIDOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO NORTE

O processo de formação territorial do RN teve início no século XVI, porém de forma lenta e gradual, pois havia o comando da capitania de Pernambuco sobre os projetos de colonização do atual estado do RN. De certa forma, a capitania de Pernambuco era considerada um sucesso, de modo que não havia, por parte dela, interesse em concluir esses projetos de colonização (BARBOSA, 2016).

A criação de engenhos com a implantação do sistema canavieiro, especialmente na primeira metade do século XVII, na porção oriental e úmida do estado, caracterizou-se por ser uma expansão elitista, cujo resultado foi a formação de uma sociedade estruturada em classes bem definidas, sem possibilidades de mobilidade social. O sistema, consolidado no RN e no Brasil como um todo, caracterizou-se por uma formação econômico-social profundamente concentradora de renda, terra e poder (ANDRADE, 2017).

Com o surgimento das povoações no território, organiza-se o poder local, controlado pelos proprietários de terras, detentores do direito ao voto e de serem votados para funções públicas. A nomenclatura “homens bons” era comumente utilizada para esses sujeitos e significava homens de patrimônios e rendas elevadas. Além do poder econômico (posse de terras e engenhos) e político (cargos nas câmaras municipais), os senhores de engenho ainda detinham o poder militar, sustentado em milícias por eles organizadas, cujas funções seriam a “proteção” do território e a manutenção da “paz”, bem como trazer ao alcance do coronel outras famílias e dependentes como soldados ou ocupando postos de segundo escalão hierárquico.

Andrade (2017) aponta que, apesar dos processos de formação territorial acima citados, o RN se manteve pouco povoado até o século XVIII, dado que a dinâmica

econômica oriunda do setor agrícola/canavieiro ficava restrita a uma porção diminuta do território, cujo interior fora ocupado, assim como em outros casos, pela pecuária extensiva, atividade esta que não exigia grandes contingentes de mão-de-obra. Dada a posição de submissão frente a Pernambuco e a ocupação de outras áreas na região nordeste, como Ceará e Piauí, o estado viveu momentos de estagnação.

Para Andrade (2017, p. 101) “[...] o espaço nem sempre é produzido em função dos interesses dos grupos que nele vivem, mas do interesse de grupos de outras áreas ou regiões, mas que detêm um grande poder político e econômico”. Tal contribuição confirma a influência de outras áreas e, conseqüentemente, outros grupos de poder, em decisões econômicas, políticas e sociais que envolveram o processo de formação territorial potiguar e, ainda, indica um cenário onde os grupos de poder do estado se mostraram vulneráveis e/ou com grau de relevância secundário; afinal, outros espaços e sujeitos foram mais determinantes nesse processo. Mas:

Na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, o crescimento econômico do Rio Grande do Norte se procedeu com certa lentidão, [...] mas houve, nesse período, aplicação de investimentos em suas atividades econômicas principais e penetração do capital estrangeiro em alguns setores de sua economia, como atestam as casas comerciais suíças em Mossoró, que logo se transformaria de modesto centro pecuarista e administrativo, em empório comercial; [...] o comércio exportador da carnaúba, a partir de 1840, passou a interessar aos grupos econômicos estrangeiros. Nesse período foram construídas as primeiras estradas de ferros – Mossoró/Porto Franco e Natal/Nova Cruz (1889/83), sendo ainda abertas a tração animal. A introdução do automóvel, após 1920, provocou o melhoramento das condições de tráfego dessas estradas, sobretudo da que ligava Mossoró a Limoeiro do Norte no Ceará e a que ligava Macaíba a Santa Cruz (ANDRADE, 2017, p. 113).

Paralelo a este momento histórico-geográfico da formação territorial do RN, mais dinâmico, antropizado e povoado, Barbosa (2016) chama a atenção para a estratégia política estadual no combate às secas: ajuda financeira para a construção de açudes e estradas e a distribuição de auxílio financeiro ou alimentar, como a farinha, tornaram-se práticas comuns no socorro aos mais afetados, assim como a criação de cargos públicos bem remunerados que, segundo a autora, se dava com base em interesses políticos e eleitorais.

Essas formas de atuação dos governos estaduais no combate à seca, em boa parte dos casos também ligados a investimentos federais, não se circunscrevem ao Rio Grande do Norte. Os usos políticos e eleitorais da estrutura estatal, bem como o poder econômico, simbólico e militar, remetem a relações sociais clientelistas, patrimonialistas e paternalistas. Desse modo:

Os comerciantes das cidades do interior, quase sempre também proprietários, aproveitam o momento para desenvolver as suas atividades comerciais, explorando as frentes de trabalho implantadas pelo Governo, onde o flagelado recebe um salário diário, baixo, mas contínuo, que lhe dá um poder de compra de produtos de primeira necessidade. Daí se falar em uma “indústria da seca” e em políticos que se elegem com verbas destinadas ao combate às secas (ANDRADE, 2017, p. 117).

Não apenas setores comerciais usufruíram desses recursos, algo perceptível quando analisamos as principais oligarquias potiguares, a saber: Maia, Rosado e Alves, bem como suas bases políticas, econômicas e simbólicas. Nesse sentido, Barbosa (2016) recorre a uma distinção importante para compreendermos as oligarquias: a diferença de escala se comparadas aos coronéis, pois estes teriam um alcance local, enquanto o poder oligarca avança por todo o estado e estabelece vínculos de sustentação com outras esferas de poder, relações que permitem a reprodução dessas oligarquias.

Barbosa (2016) destaca que a oligarquia Maia tem origem em Tarcísio Maia, ex-deputado federal (1959-1962) e governador do estado (1975-1979), proprietário de grandes extensões de terras em Mossoró, pai do Senador José Agripino Maia, também ex-prefeito e governador do estado e avô do ex-deputado federal Felipe Maia. Os membros dessa oligarquia reproduziram-se politicamente desde o período que precede o golpe civil-militar no Brasil, se aliaram aos militares e exerceram cargos indicados pelo poder centralizado ao longo da ditadura, bem como sobreviveram politicamente mesmo com a redemocratização, o que denota a força territorial e temporal desse grupo.

Também com origem em Mossoró, a oligarquia Rosado não possui, em sua gênese, a posse da terra como base econômica e de poder, mas, sim, o setor de comércio (com Jerônimo Rosado) no final do século XIX e industrial, já no século XX, com destaque para o ramo de mineração (gipsita e sal). O crescimento econômico da família Rosado resultou em presença constante de seus membros em cargos públicos no início do século XX. Nota-se, ainda, que o casal Jerônimo Rosado e Isaura Rosado Maia tiveram dezoito filhos, sendo um deles, Jerônimo Dix-Sept Rosado, eleito governador em 1951, mas falecido no mesmo ano.

Para Barbosa (2016), a oligarquia Rosado fez uso de diferentes instrumentos para sua afirmação e reprodução social, política e econômica, como festas cívicas, uso do espaço urbano (nomes dados a prédios públicos e ruas por ex-prefeitos de Mossoró que fizeram e/ou fazem parte da oligarquia Rosado) e, principalmente, por apresentarem-se ao imaginário social como fundamentais para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, empregabilidade local e regional. Por último, a oligarquia Alves tem sua origem:

[...] em Angicos-RN, Aluizio Alves conseguiu forjar sua campanha para governo do Estado com os argumentos da novidade, pois se apresentava

como porta voz da esperança para o Rio Grande do Norte. Era aquele que romperia com os interesses oligárquicos do Seridó (representado por Dinarte Mariz) e conseguiria proporcionar desenvolvimento econômico e social para tirar o Estado do atraso transformando-o em um território moderno. Com esse discurso ele deu origem a uma nova oligarquia que continua atuante e fortemente articulada não apenas aos interesses dos poderosos estaduais, mas também aos dos demais estados da federação brasileira (BARBOSA, 2016, p. 47).

Assim como o carlismo, corrente política originada na aliança suprapartidária liderada por Antônio C. Magalhães na Bahia, a oligarquia Alves direcionou seu capital ao setor de comunicação, controlando TV e rádios (AM e FM) em diferentes municípios do estado, o que não configura exclusividade, afinal outras oligarquias potiguares também construíram vínculos diretos (propriedade ou ações) com o setor de comunicação.

Os principais expoentes dessa oligarquia são: Aluízio Alves, governador do estado entre 1961-1966; Garibaldi Alves Filho, ex-deputado estadual entre 1971-1985, ex-Prefeito de natal (1986-1988), ex-Governador (1995-2022) e Senador (1991-1994, 2003-2011; 2011-2018); e Henrique Eduardo Alves, ex-deputado federal (1971-2014) e governador do estado (2014-2018).

Azevedo (2007) reforça que, além de rádios e jornais impressos, os grupos políticos e/ou oligarquias são donos de canais televisivos afiliados às grandes redes nacionais, tais como Globo, Record, SBT e Bandeirantes. Para o autor, “Essa é uma das formas mais concreta e visível de esses grupos manterem o controle da informação sobre os territórios por eles constituídos e delimitados” (AZEVEDO, 2007, p. 322).

Dentro do recorte temporal estabelecido, e considerando os deputados federais conservadores agrupados nesta investigação, é possível destacarmos pontos interessantes a respeito das relações entre as oligarquias potiguares e os governos federais petistas, bem como sua força nas eleições estaduais e o papel relevante desempenhado pelos governadores nas redes de poder. De modo geral:

No Rio Grande do Norte (RN), o peso das oligarquias oriundas das elites tradicionais (de caráter agrário), associadas à propriedade da terra, ressalta a importância dos grandes proprietários rurais e realça o caráter conservador dos partidos políticos locais. Por outro, a dinâmica incipiente da economia local, associada à emergência de inúmeros municípios que dependem da produção agrícola ou dos repasses estaduais e federais, permitem vislumbrar um cenário em que se destaca o peso do executivo – federal ou estadual – para o desempenho eleitoral dos partidos políticos (SILVA, 2016, p. 64).

Para Silva (2016), a força das oligarquias potiguares resultou em um cenário em que o PSDB, partido importante no âmbito nacional, se submetesse a um papel secundário em chapas lideradas pelas oligarquias, enquanto o PT, até a eleição de Fátima Bezerra em

2018, obtinha votações pouco expressivas quando lançava candidato próprio, logo se colocava como parte de coligações que envolviam as oligarquias, como a da ex-governadora Vilma de Faria (ex-Maia) em 2006, bem como do ex-governador Robinson Faria em 2014, sendo este pai do deputado Fábio Faria, atual Ministro das Comunicações no governo do Presidente Jair Bolsonaro.

O MDB é a legenda pela qual a oligarquia Alves leva adiante as candidaturas de suas lideranças, que inclusive já desempenharam importantes funções institucionais no partido. O DEM estrutura-se sob a oligarquia Maia e o PSB, apesar de pertencer ao campo dito progressista ou de esquerda, nacionalmente, apresenta-se como legenda que abriga dissidências das oligarquias, como Vilma de Faria e Sandra Rosado (SILVA, 2016).

Azevedo (2007) também indica a simbiose entre as oligarquias, o MDB e o DEM, bem como a mudança nas formas e/ou estratégias de exercício do poder das oligarquias, que originalmente o exerciam a partir da força (violência, moral, poder simbólico etc.) que detinham devido às bases latifundiárias e, com o passar do tempo, adquirem novos traços e apostam em novas estratégias, como o controle da informação e da mídia.

Considerando o contexto de formação territorial do Rio Grande do Norte e o caráter hegemônico das oligarquias no estado, vejamos a partir de agora os diferentes dados que explicitam a força das mesmas e as estratégias que utilizam nos processos de reprodução política e social de seus grupos de poder. Mas, antes, devemos salientar os procedimentos utilizados para captação, análise e interpretação dos dados obtidos nas diferentes fontes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De início, construímos o agrupamento de parlamentares conservadores a partir de distintas variáveis. Consideramos algumas delas mais relevantes do ponto de vista metodológico devido ao embasamento teórico na literatura em Ciência Política e Geografia Eleitoral ou, ainda, por apresentarem evidências materiais de decisões ou posturas conservadoras frente a situações importantes do debate público, são elas: trajetória partidária dos deputados federais eleitos; a quantidade de vezes em que o parlamentar foi eleito; suas vinculações institucionais e de classe; e a postura em votações relevantes no congresso.

A vinculação e trajetória partidária, mesmo no cenário brasileiro, com dezenas de partidos políticos, mostram-se fundamentais. Utilizamos a classificação de espectro ideológico elaboradas por Tarouco e Madeira (2015), presente comumente ou com pequenas variações em diferentes trabalhos recentes no campo da Ciência Política, bem

como a análise de Scheffer (2016), que identificou coerência nas votações dos parlamentares segundo o espectro ideológico do partido no qual estão inseridos.

As vinculações institucionais (sindicatos patronais, clubes da elite ou instituições de cunho abertamente político) demonstram as redes de poder, as conexões entre os parlamentares, territórios e outros agentes políticos, enquanto a quantidade de vitórias eleitorais dispõe sobre a força eleitoral desses agentes ao longo do tempo. A postura do parlamentar em votações relevantes no Congresso Nacional expõe a posição ideológica e/ou visão conservadora que se materializam no exercício dos respectivos mandatos.

Outras variáveis utilizadas, ainda que não determinantes, são aquelas que apresentam fragilidades quando utilizadas isoladamente. Podem ser extensamente debatidas na literatura ou configurem posturas dos parlamentares que mostrem evidências do conservadorismo, como: a vinculação a frentes parlamentares de cunho conservador no Congresso Nacional (CN) e a postura pública do parlamentar no CN e redes sociais. A aplicação desse conjunto de variáveis resultou no agrupamento de parlamentares descrito no Quadro 1. Destaca-se o fato de todos serem vinculados às oligarquias potiguares.

Quadro 1: Síntese do agrupamento de parlamentares conservadores do Rio Grande do Norte

Deputados Federais	Partidos (ordem dos mandatos)	Legislaturas	Instituições
Henrique Eduardo Lyra Alves	PMDB/PMDB/PMDB	52°, 53° e 54°	-
Sandra Maria da Escossia Rosado	PMDB/PSB/PSB	52°, 53° e 54°	Cooperativa Vale do Apodi
Felipe Catalão Maia	PFL/DEM/DEM	53°; 54° e 55°	Fed. das Câmaras dos Dirigentes Lojistas
Fábio Salustino Mesquita de Faria	PMN/PMN/PSD/PSD	53°, 54°, 55° e 56°	-

Fonte: Brasil, 2019 e 2020. **Org.:** autores (2021).

Com base nesse recorte de parlamentares conservadores, investigamos suas respectivas bases materiais, eleitorais e estratégias utilizadas nos processos de reprodução política dos grupos de poder. Sobre os dados necessários para tal e expostos na seção seguinte, cabe alguns apontamentos.

Castilho (2012), Ribeiro (2016), Bruno (2017), Silva (2017b) e Singer (2018) mencionam o posicionamento de classe dos parlamentares e o arcabouço material que possuem à sua disposição, sendo o último fator de desequilíbrio nas relações de poder. Fizemos o levantamento da base material de cada um dos parlamentares conservadores com base nas declarações ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao candidatarem-se. Posteriormente, separamos o patrimônio em segmentos de capital já utilizados pelo TSE, mas com as devidas adaptações quando as declarações utilizadas foram de anos distintos.

A espacialização do voto conservador no Rio Grande do Norte teve como base os resultados eleitorais de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018 dos parlamentares potiguares citados na Tabela 1. Foi considerada a proporcionalidade dos votos nesses parlamentares comparada a totalidade dos votos em cada município do estado.

As emendas parlamentares constituem outro elemento importante da seção resultados. A Emenda Constitucional 86/2015 alterou o Art. 166 da Constituição Federal, tornando impositiva a execução das emendas individuais, das quais 50% devem ser aplicadas obrigatoriamente na saúde, tornando-as fundamentais para investimentos em centenas, quiçá milhares de municípios do país. Optamos pelo levantamento estatístico apenas dos recursos destinados à saúde, disponíveis no Portal da Transparência, dada sua obrigatoriedade e amplitude. Tal postura justifica-se devido ao fato de que tais recursos puderam ser localizados espacialmente, sem distorções que comprometessem os resultados encontrados.

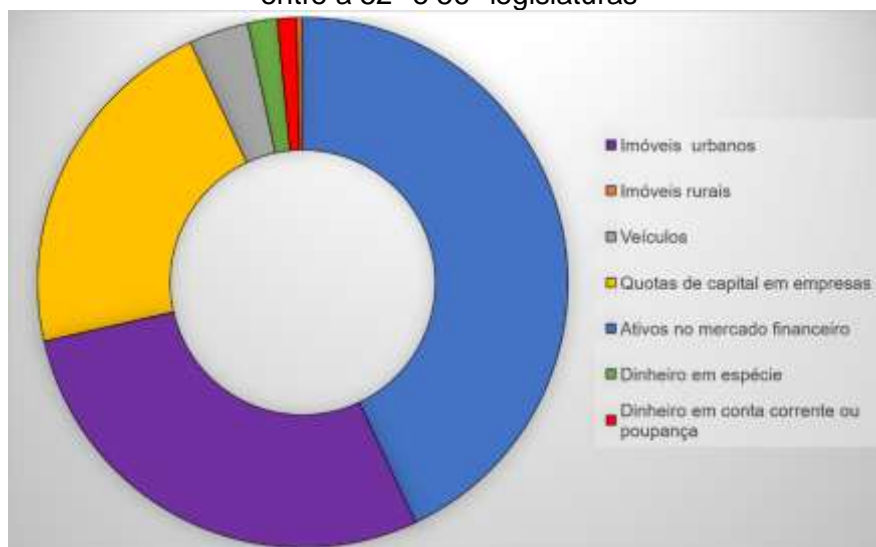
Por fim, utilizamos o Banco de Discursos e Debates da Câmara Federal para observar os tópicos protagonistas nos discursos dos parlamentares do RN. Foram selecionados discursos proferidos no Pequeno e Grande Expediente. Neles, os parlamentares discorrem sobre pautas de livre escolha, em geral sobre temas em evidência no cenário nacional e regional, também para, inclusive, produzirem conteúdos para mídias sociais.

Para melhor analisarmos esses dados, optamos pelo uso de nuvens de palavras e análises de similitudes, ambas baseadas no mesmo conjunto de discursos e viabilizadas através do *software* Iramuteq, que permite ao pesquisador elaborar análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos/palavras. Nuvens de palavras possibilitam a visualização das palavras-chave ou dos principais temas presentes nos discursos dos parlamentares conservadores, enquanto a análise de similitude permite a visualização das ligações entre essas palavras, e também as que aparecem distantes ou em oposição. Deste modo, torna-se possível inferir não apenas as temáticas protagonistas, mas também as correlatas e antagônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 mostra que os deputados federais conservadores do RN possuem base material não atrelada aos imóveis rurais, porém devemos lembrar que a oligarquia Maia tem sua gênese atrelada à posse da terra e, além disso, podemos inferir que as regiões atingidas pela seca, que representam boa parte do território estadual, possuem, em geral, menor valor de mercado.

Figura 1: Base material dos deputados conservadores eleitos pelo Rio Grande do Norte entre a 52ª e 56ª legislaturas



Fonte: Brasil, 2019. Org.: autores (2021).

Verificamos, então, uma base material alicerçada em ativos no mercado financeiro (R\$ 12.071.525,42), imóveis urbanos (R\$ 7.977.882,64) e quotas de capital em empresas (R\$ 6.058.539,69), respectivamente. O total declarado, considerando todas as categorias de bens, foi de R\$ 28.063.570,05.

Chama a atenção os valores que envolvem quotas de capital em empresas e os ativos no mercado financeiro que, somados, ultrapassam R\$ 18 milhões. Podemos concluir que as bases materiais dos parlamentares conservadores no RN e das oligarquias que constituem passaram por um processo de financeirização de capitais. Ainda que defendam interesses ruralistas no CN são, ao mesmo tempo, empresários, especuladores imobiliários e agentes no mercado financeiro.

Mendonça e Rebouças (2009) mencionam a oligarquia Alves ligada ao Sistema Cabugi de Comunicações, filiada à Rede Globo, cinco emissoras de rádio e o jornal Tribuna do Norte. A família Maia controla diretamente a TV Tropical e pelo menos outras três rádios. É importante salientarmos que tal prática não é exclusiva do RN, de modo que Minas Gerais, Distrito Federal e São Paulo apresentam casos semelhantes (FERREIRA e LUCENA, 2009), além de que em nossas investigações em outros estados também demonstraram tal problemática, entre eles na Bahia e no Paraná.

A propriedade privada dos meios de produção, da terra (CASTILHO, 2012) ou de veículos de comunicação/imprensa, como já discutimos outrora, não apenas posiciona os parlamentares em suas frações de classe, mas também fornece vantagens estratégicas e materiais nas disputas que envolvem a política e o território. Trata-se, portanto, do exercício de poder de uma classe sobre a outra.

Analisando o contexto estadual ao longo de nosso recorte temporal, verificamos em 2002 que os deputados federais conservadores apoiaram a candidatura de Fernando Freire (PPB), derrotado por Vilma de Faria (PSB) ao governo do estado. Em 2006, ano da reeleição da governadora, a oposição estava sob a liderança das oligarquias Maia e Alves, quando o ex-Senador Garibaldi Alves, apoiado por José Agripino Maia, foi derrotado. A terceira via política traçada pela ex-governadora, com apoio de partidos de esquerda, firmou-se como grupo político relevante no estado (SPINELLI, 2006), capaz de atrair o apoio de metade dos deputados federais conservadores eleitos. Já em 2010,

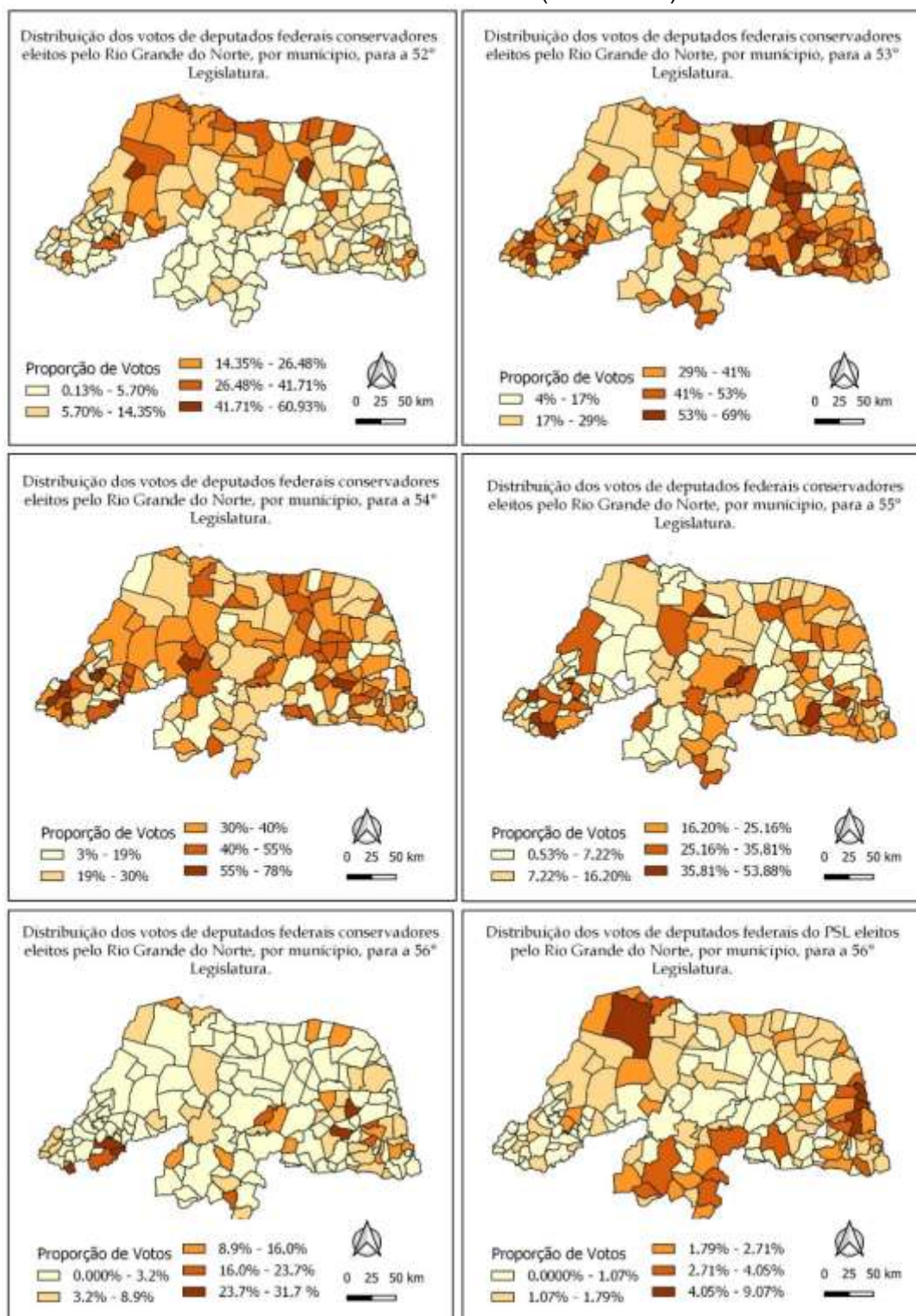
[...] a senadora Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) foi proclamada a nova governadora do Rio Grande do Norte para o período 2011-2014. Empunhando uma rosa vermelha na mão direita, ela repetia o mantra que marcou toda a sua campanha eleitoral: “agora vamos fazer o Rio Grande do Norte acontecer”. A rosa vermelha simbolizava um conjunto polissêmico de valores: num sentido muito forte era a própria Rosalba, apelidada “a Rosa” na campanha. Ao mesmo tempo era um símbolo do feminino, da mulher que se afirmava no mundo masculino da política. E por outro lado, representa a paz, nesse caso, a reconciliação entre o PMDB e o PFL/DEM, ou entre os Alves (PMDB) e os Maia/Rosado (PFL/DEM) (LINDOSO, 2012, p. 4).

A paz entre as oligarquias incluiu Robinson Faria como candidato a vice-governador na chapa vitoriosa de 2010, ou seja, houve um realinhamento entre as oligarquias, apoiadas por 75% dos deputados federais conservadores, resultando na derrota de Iberê Ferreira (PSB), candidato apoiado pelo PT que, à época, gozava de índices de aprovação do governo federal próximos a 80% entre os potiguares. Todavia, a elevada popularidade não garantiu vitórias que levassem ao protagonismo petista nas prefeituras do RN, ainda controladas de maneira hegemônica pelos partidos ligados às oligarquias: PMDB, DEM e PSB (LINDOSO, 2012).

Em 2014, os deputados federais conservadores se dividiram igualmente entre as duas candidaturas ao governo estadual: Henrique Eduardo Alves (PMDB) e Robinson Faria (PSD). O lulismo, nesse período, já apresenta sinais de esgotamento, com a emblemática sinalização do PMDB em sair do governo. Nesse contexto, o PT apoia o candidato derrotado, Robinson Faria, que retorna a disputa em 2018 contra a então vencedora Fátima Bezerra (PT), que não teve em sua base de apoio nenhuma das oligarquias do estado, algo inédito dentro do recorte que trabalhamos.

A Figura 2 mostra um contraste importante nos dados devido ao fato de algumas áreas transitarem entre altos e baixos índices de votação em deputados conservadores de uma eleição para outra. É importante salientar que tratamos dos deputados federais conservadores eleitos, assim, votações em candidatos derrotados, mesmo que conservadores, não foram computadas.

Figura 2: Distribuição dos votos de deputados federais conservadores eleitos pelo estado do Rio Grande do Norte (2002-2018)



Fonte: Brasil, 2019 e 2020. Org.: autores (2021). Projeção: UTM – Datum: SIRGAS (2000).

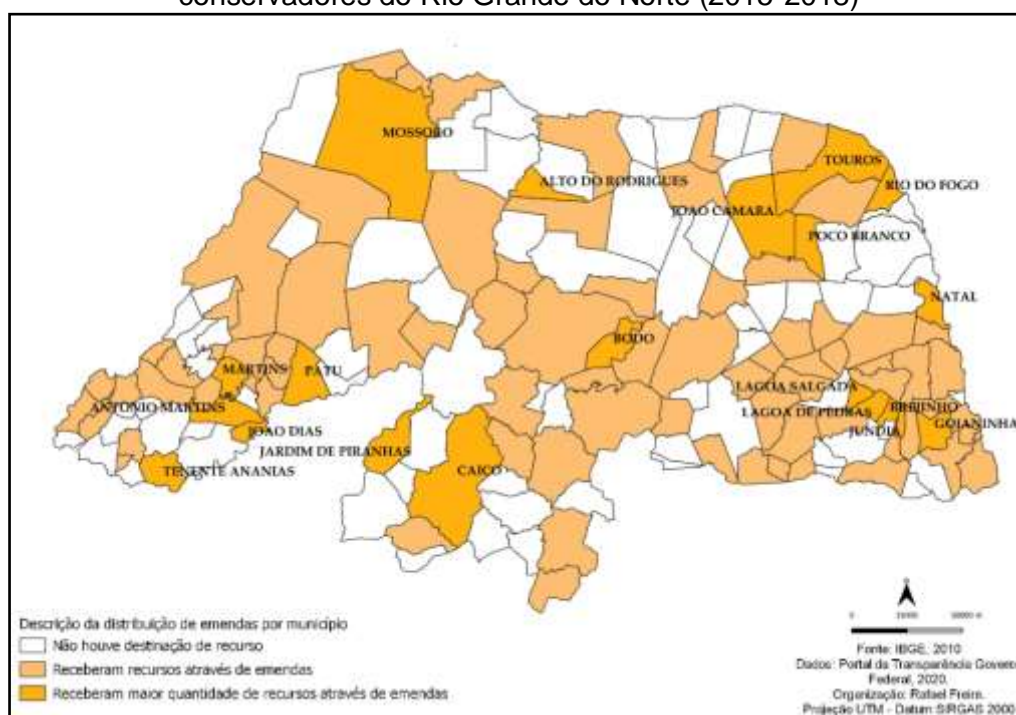
É visível o fato de alguns recortes territoriais apresentarem certa perenidade no comportamento eleitoral (Figura 2), o que significa o sucesso das articulações político-

eleitorais, afinal, os parlamentares foram eleitos ao longo das diferentes legislaturas. Na zona do Alto Apodi, Pau dos Ferros, Alexandria e Antônio Martins possuem dados relevantes. Na zona mossoroense, como esperado, dado o contexto oligárquico que apontamos, aparecem Mossoró, Areia Branca e Baraúna, enquanto no Agreste potiguar se destacam Serra Caiada e Tangará.

Exemplos municipais são elucidativos de recortes territoriais afeitos ao voto conservador, sendo uma variável relevante, considerando obviamente todos os outros filtros envolvidos para a identificação de territórios que apresentam características e processos específicos e associados ao conservadorismo. É relevante notar, ainda, que Natal não aparece como município de destaque nas votações destinadas aos deputados conservadores, exceto em 2018, quando foi polo dos votos do PSL, fenômeno que também ocorreu em outras capitais e regiões metropolitanas do Brasil.

Observamos que a variável distribuição de emendas parlamentares através dos mandados dos deputados federais conservadores possui semelhanças com a distribuição espacial dos votos direcionados aos mesmos (Figura 3). Na porção mossoroense ganha destaque o município de Mossoró e seus limítrofes, enquanto o Alto Apodi mostra-se importante receptor de emendas, algo ainda mais relevante quando percebemos que aqueles destacados como maiores beneficiados são municípios com baixo número populacional, como Martins, João Dias e Antônio Martins.

Figura 3: Espacialização das emendas impositivas realizadas pelos parlamentares conservadores do Rio Grande do Norte (2015-2018)



Fonte: Brasil, 2019 e 2020. **Org.:** autores (2021). **Projeção:** UTM – Datum: SIRGAS (2000).

A relação visível entre essas variáveis junto ao fato de que municípios pouco populosos receberam recursos volumosos, comparando-os a seus pares, indica também o protagonismo do território e das redes de poder no processo de direcionamento desses recursos. Considerando, então, resultados eleitorais, espacialização das emendas e os processos de formação territorial do estado, associados às oligarquias e práticas políticas delas decorrentes, nota-se recortes territoriais notadamente vinculados aos grupos de poder oligárquicos e conservadores do estado.

Não buscamos excluir outras variáveis para a escolha dos municípios beneficiados pelas emendas, como vinculações partidárias ou compromissos ideológicos e de classe. Elas existem e seguem importantes. Nossa defesa é: o território também importa. Mesmo com possíveis trocas partidárias (quiçá ideológicas nos Executivos e Legislativos municipais) ou reorganizações na configuração das redes de poder, há a tendência de alocação das emendas observadas, pois os dados abrangem todos os parlamentares conservadores do estado contemplados em nosso recorte.

As relações políticas, econômicas e territoriais dos deputados federais com outros agentes das redes de poder, especialmente locais (prefeitos e vereadores, sobretudo), remontam à contribuição de Bobbio (2014), quando este se refere a força de imposição dos interesses de grandes grupos que se servem dos aparatos públicos ou estatais para alcançarem seus objetivos.

Ressaltamos que existem demandas a serem atendidas nos diferentes municípios, ou seja, há um interesse público na disputa por recursos oriundos do Estado, convergentes ou não aos interesses privados, políticos, da classe dominantes e suas frações, ao passo que há o empenho dos grupos de poder e seus agentes em priorizarem o atendimento aos seus interesses em detrimento do interesse público; fazerem o interesse privado transformar-se em interesse público, via aparelhos ideológicos; ou, por fim, utilizarem o interesse público como mecanismo de reprodução política, social e econômica.

A ação verticalizada do Estado via parlamentares vinculados a grupos de poder materializa-se, e torna-se parte da dimensão concreta do território, indicada por Haesbaert (2008) ao distinguir território e territorialidade. O Estado não é elemento coadjuvante nos territórios conservadores que identificamos. Possui papel nos processos de formação territorial e no exercício do poder político, através do qual grupos conservadores hegemônicos mantêm posições centrais nas redes de poder com base em diferentes estratégias, como a distribuição de recursos volumosos aos territórios de interesse político, econômico e eleitoral.

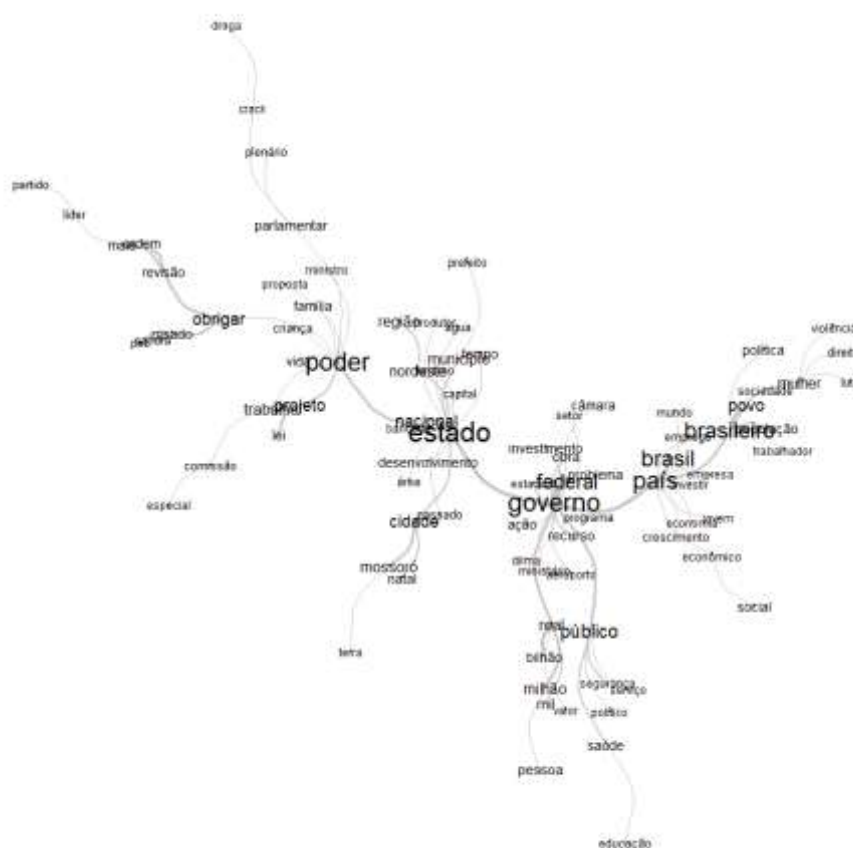
Poulantzas (2000) considera o Estado uma unidade política das classes dominantes, divididas em frações burguesas. Para ele, as frações burguesas são capazes de se

no governo Dilma e Fábio Faria, no governo Bolsonaro, além de ocuparem posições institucionais importantes em seus respectivos partidos políticos.

Ainda na Figura 4 destacam-se as oligarquias Maia, Alves e Rosado, sendo estas muito associadas à Natal e Mossoró, os dois principais municípios do estado (BARBOSA, 2016), também em destaque na figura. Torna-se evidente a associação entre os parlamentares que pertencem às oligarquias e determinados partidos políticos, a saber: PMN, DEM, PSB e MDB (SPINELLI, 2006; SILVA, 2016). Expressões como *defender*, *defesa*, *força* e *combate* são comuns nos discursos, mas não são exclusivamente relacionados a *terra* ou a *propriedade* e sim às *drogas* e ao *crime*. Outro conceito central do conservadorismo – *família* – também se faz presente.

A Figura 5 dá suporte às reflexões descritas nos parágrafos anteriores. Estão presentes a ligação entre *droga* e *crack* no mesmo ramo onde aparece *família*. *Produtor*, *rural* e *água* estão relacionados; e as principais lideranças oligárquicas conectadas a municípios e partidos que controlam, no caso, Maia – DEM e Rosado – PSB.

Figura 5: Análise de Similitude – Parlamentares conservadores do Rio Grande do Norte



Fonte: Brasil, 2020. Org.: autores (2021).

Chama a atenção a *mulher* em evidência nas duas últimas figuras colocadas. Tal destaque deve-se provavelmente ao fato de haver uma mulher dentre os deputados federais conservadores, no caso, a ex-deputada Sandra Rosado (PSB). Ligadas à mulher estão *violência, direito e luta*, conceitos relacionados a pautas das mulheres brasileiras.

Por fim, é importante colocar a posição das oligarquias ao longo dos governos petistas. À exceção de Felipe Maia, os demais parlamentares se posicionaram majoritariamente como base ao longo dos governos petistas. Contudo, a ex-Presidenta Dilma Rousseff não teve o apoio das oligarquias potiguares em seu segundo mandato, no qual os integrantes em exercício votaram favoravelmente ao seu impeachment.

Tal posicionamento majoritário junto aos governos em exercício, associado aos discursos voltados às problemáticas regionais e, conseqüentemente, aos recursos para atendê-las (leia-se, emendas), permite-nos inferir que o uso do Estado figura entre as principais estratégias dos grupos de poder conservador e oligarquias potiguares na reprodução de seus agentes nas redes de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após verificarmos a diversidade e o processo de financeirização das bases materiais das oligarquias conservadoras no RN, bem como percebermos a relação entre as variáveis espacialização dos votos em parlamentares conservadores e distribuição das emendas impositivas, podemos inferir que existem recortes territoriais no estado nos quais os grupos de poder oligárquicos conservadores conseguem reproduzir-se política e eleitoralmente.

Os discursos em plenário demonstraram conexões com o conservadorismo e, sobretudo, indicaram as estratégias políticas e parlamentares, mais precisamente o uso do Estado como elemento fundamental na reprodução, não apenas desses grupos, mas dos territórios conservadores de poder (SILVA, 2007), conceito este revisitado a partir da realidade potiguar e de outros cinco estados brasileiros na tese em que se origina este artigo (Bahia, Ceará, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins).

A realidade potiguar demonstra os quatro aspectos que explicam os processos de reprodução dos territórios conservadores de poder. Em primeiro lugar aparece o uso do Estado, especialmente através dos papéis desempenhados pelos partidos políticos no CN (incluindo a atuação das bancadas temáticas) e do uso de emendas parlamentares como mecanismo de sustentação eleitoral dos segmentos políticos conservadores.

O segundo elemento se refere a estruturas sociais vigentes ou a desdobramentos sociais, políticos e territoriais, a saber: classe, oligarquias e grupos de poder. Territórios conservadores de poder são também sustentados e reproduzidos por tais estruturas, e

também pelas redes de poder nas quais os parlamentares aqui citados ocupam posições privilegiadas.

Existem engrenagens que colocam em evidência os interesses e ideologias desses segmentos (ou frações de classe), dentre elas a mídia e instituições de classe. *Mercado e propriedade privada* também as utilizam, juntos a estratégias legislativas que garantam a esses elementos seu funcionamento e legitimidade junto à sociedade. Os veículos de comunicação são instrumentos importantes na divulgação e validação dos conceitos que compõem as ideologias das frações das classes dominantes, que envolvem a proteção constitucional ao capital e a racionalidade imposta pelo mercado como razão única, responsável por conduzir das relações de trabalho às relações sociais e vida privada.

Por último, o *poder simbólico*, compreendido na ótica de Bourdieu (1993), é outro dentre os elementos responsáveis pelos processos de reprodução dos territórios conservadores, cujo caráter também é de apoio e/ou suporte aos demais citados anteriormente. A disseminação, reflexão e assimilação dos discursos e interesses de classe ocorrem a partir dos símbolos, das tradições, dos consensos e da fé. Em síntese, são processos que envolvem a subjetividade dos sujeitos em relação à materialidade da economia, da sociedade e do território. Exemplo disso são as percepções que associam as oligarquias conservadoras como provedoras ou indutoras do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia. A produção do espaço norte-rio-grandense. **Revista GeoInterações**, v. 1, n. 2, p. 101-123, 2017.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Entre a cultura e a política**: uma geografia dos currais no sertão do Seridó Potiguar. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense. **Revista Interface** (Porto Nacional), v. 12, n. 12, p. 34-54, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Portal Discursos e Debates**. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21MAI2009.pdf#page=279>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Portal de Dados abertos do TSE**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas, **E-papers**, Rio de Janeiro, p. 155-168, 2017.

- CASTILHO, Alceu Luis. **Partido da Terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.
- ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERREIRA, Edjackson Marques; LUCENA, Nadja Lúvia. Mídia e Gestão Pública: Dominação Política das Oligarquias Brasileiras. **Anagrama**, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008.
- KIRK, Russell. **The conservative mind**: Burke to Santayana. Chicago: Henry Regnery Company, 2001.
- LINDOSO, José Antônio Spinelli. Rio Grande do Norte: o discreto charme da velha oligarquia sertaneja. **XV Encontro de Ciências sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil**. Teresina: UFPI, p. 1-19, 2012.
- MENDONÇA, Fabíola; REBOUÇAS, Edgard. Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: A radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, p.1-15.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n.3, p. 486-522, set-dez. 2018.
- RIBEIRO, Raphael Medina. Territórios em disputa no parlamento: atuação da bancada ruralista e do núcleo agrário do partido dos trabalhadores. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (Org.). **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2016, p. 123-154.
- SCHEFFER, Fernando. **Ideologia e Comportamento Parlamentar na Câmara dos Deputados**: Faz Sentido ainda Falar em Esquerda e Direita? Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2016. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.
- SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.
- SILVA, Elizângela Cardoso de Araujo. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 437-457, 2017b.
- SILVA, Márcia da. **Análise política do território: poder e desenvolvimento no centro-sul do Paraná**. Guarapuava/Paraná: Unicentro, 2007.
- SILVA, Marcos Antônio da. Partidos e Eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa. **Revista de Ciências Sociais**: RCS, v. 47, n. 2, p. 63-91, 2016.
- SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André Vitor. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SPINELLI, José Antonio. Rio Grande do Norte 2006: Uma Eleição Atípica. **VIII Simpósio Nordeste**, p.1-27, 2006.

SOWELL, Thomas. **Conflito de visões**: origens ideológicas das lutas políticas. São Paulo: É Realizações, 2012.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 24-39, 2015.

Recebido: fevereiro de 2022.

Aceito: maio de 2022.